



ARTIGOS

O ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL¹

Maria da Conceição Xavier de Almeida – UFRN

RESUMO

Problematiza-se o ideário das Ciências Sociais no Brasil, tendo por referência a criação da Universidade de São Paulo, o golpe militar de 1964 e o *boom* da pós-graduação nas décadas de 70 e 80.

Palavras-chave: Ciências Sociais - Pensamento social - Ciência e sociedade.

ABSTRACT

Analyzes the framework of ideas in Brazilian social sciences, using the background formed by creation of the University of São Paulo, the 1964 military *coup* and the boom of graduate courses during the 1970's and 80's.

Key words: Social Sciences - Social Thought - Science and society.

INTRÓITO

Problematizar o ensino das Ciências Sociais no Brasil pode denotar nosso interesse em desviar o olhar para além do próprio umbigo. É importante saber o que se pensa e se enuncia em distintos espaços acadêmicos. A que experiências intelectuais, mais críticas ou menos críticas, foram submetidas diferentes gerações de cientistas sociais no Brasil. Que entendimentos de sociedade, de política, de cultura e de ética da vida têm sido propostos e consolidados ao longo da história desse domínio do conhecimento ao qual dedicamos grande parte de nossos investimentos cognitivos e emocionais.

¹ Este artigo foi produzido a partir da conferência de encerramento do XVI Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, sediado em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em agosto de 1999.

Olhar para além do próprio umbigo permite ampliar as condições favoráveis a uma problematização crítica a respeito do que ouvimos, dizemos e fazemos no nosso dia-a-dia na universidade e fora dela. Permite também alargar o nosso repertório, ter acesso a outras experiências discursivas e de objetivação sociohistórica do conhecimento. Permite, por fim, fazer jus à nossa condição de artífices e cultivadores de um pensamento que transforma o mundo na medida exata de sua própria transformação.

Qual tem sido o *métier* das Ciências Sociais no Brasil? Dito de outra forma: de que pressupostos epistemológicos, matrizes do pensamento e práticas intelectuais nos temos valido? Como toda questão, essa também admite duas ou mais estratégias de resolução. No que tange a este artigo temos que nos posicionar diante da seguinte alternativa: ou cremos na onipotência do diagnóstico e da interpretação – o que configura uma analítica da certeza –, ou aceitamos o inacabamento do conhecimento e a incompletude das explicações – o que significa aceitar a mediação do observador como uma condição constitutiva da operação do saber e da compreensão do mundo.

Posiciono-me aqui pela segunda alternativa, sendo necessário portanto explicitar, logo de partida, de que lugar olho e em que lugar me situo para sistematizar minha compreensão a respeito do ensino das Ciências Sociais no Brasil. E isto porque, como sabemos, com as descobertas da física quântica nos idos de 1900 que reproblematicizaram os limites de nosso conhecimento da realidade e da matéria (mostrando a natureza fugidia e ambígua dos fenômenos do mundo), não é mais possível dizer: 'as coisas são assim'. O que podemos, segundo Niels Bohr (*apud* Eston, 1997) é enunciar: "é isso

que podemos dizer de tal coisa, de tal fenômeno, de tal realidade". Portanto, as reflexões, aqui sugeridas são fruto do que me foi dado ver e compreender, ao longo de uma pesquisa sobre a ciência que fazemos, o saber que produzimos e que nos produz, bem como as implicações éticas que acredito daí decorrerem.² Não posso proferir o discurso que desvela porque, por mais que retiremos os véus que encobrem a realidade, ainda e sempre restarão camadas que se interporão entre nós e ela. E também não posso, nem quero ser um sujeito que se confunde com o profeta da revelação - essa palavra de origem latina que evoca "a divulgação de uma verdade até então oculta" e "um conhecimento obtido por vias sobrenaturais".

Afasto-me do discurso da verdade, que condiciona o poder da ortodoxia, em nome da falácia da objetividade. Ao invés disso, me aproximo das idéias de Humberto Maturana, para quem só é possível falar de uma 'objetividade entre parênteses'.³

1 - AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Para nos aproximarmos do ideário das Ciências Sociais no Brasil, faz-se necessário circunscrever a organização e a difusão das idéias no âmbito dos espaços do poder e do saber, que são as universidades. Para isso, me afasto da história linear e cronológica, para sublimar três momentos que, de minha perspectiva, se constituem em referências fundamentais para visualizar a dinâmica, os desdobramentos e os desafios que cercam essa área do conhecimento. Esses três momentos são: a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934; o golpe militar de 1964; e, por fim, o *boom* da pós-graduação nas décadas de 70 e 80.

1.1 - A criação da USP

A esse momento é possível creditar o paradoxo com o qual convivemos até hoje: a perversa

relação entre a elitização do conhecimento e a fome do saber - paradoxo contra o qual, sobretudo, a classe estudantil se insurgiu em duras mas memoráveis lutas políticas, mesmo que sob a égide de bandeiras diferenciadas.

Volto ao passado para lembrar que foi George Dumas o consultor da aristocracia e intelectualidade paulistana para a criação da USP na década de 30. Dumas constitui uma "missão francesa" que, em conjunto com a "missão italiana", coordenada por Giuseppe Ungaretti, fomentam as bases macroinstitucional e ideológicas do ensino das ciências humanas no Brasil. Segundo Claude Lévi-Strauss, a criação da USP é a consolidação do projeto da burguesia para equalizá-la à cultura européia. Mas, felizmente, emerge uma situação conjuntural de resistência ao monopólio da burguesia: estudantes vindos das classes modestas, homens e mulheres já engajados na vida profissional e que desconfiavam dos grandes burgueses que fundaram a universidade, passam a ouvir, discutir e por vezes a ensinar os mestres europeus. "*Nós nos encontrávamos entre dois campos*", conta Lévi-Strauss: "*de um lado gente preciosa, de outro os servidores da classe dominante*".⁴

Assim, a origem mais institucional das chamadas ciências humanas e sociais, no solo brasileiro, emerge da convivência, nem sempre pacífica, entre uma concepção de cultura como arte, requinte e sofisticação do intelectual abastado e a compreensão de que o conhecimento sobre a sociedade só tem sentido se transformado numa ferramenta capaz de prover uma crítica radical das estruturas sociais. Tal projeto se desdobrará ao longo das últimas quatro décadas numa cartografia perversa do pensamento social. Alguns terão acesso aos instrumentos privilegiados da crítica, mas se encastelarão nos domínios do poder. E mesmo a confissão emblemática de termos "um pé na cozinha", conforme a expressão do sociólogo presidente, não consegue amainar o descompromisso com um projeto mais justo de sociedade. Outros se limitarão ao ideário pragmatista, mas mesmo assim inoperante, porque contaminado pelo discurso obsessivo da "vitimização", conforme expressão de Pascal

² *O saber antropológico: complexidade, objetivações, desordens, incertezas*. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

³ MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

⁴ Entrevista de Claude Lévi-Strauss a Didier Eribon. Folha de São Paulo, 18 set. 1998. Ilustrada. p. E-12.

Bruckner. Entre uns e outros, cientistas sociais mestiços, capazes de operar a dialógica entre teoria e prática, tiveram e ainda têm que se haver com a querela do poder discursivo, mal disfarçado pelo falso debate acadêmico. De forma provocativa, mas responsável, dirá Edward Wilson (1999):

os esforços dos cientistas sociais estão eivados de desunião e falta de visão... Divididos em grupos independentes, enfatizam a precisão das palavras em suas próprias especialidades, mas raramente falam a mesma linguagem técnica de uma especialidade para outra. Grande parte chega a apreciar a atmosfera de caos resultante, confundindo-a com fermento de criação.⁵

Desse modo, além dos vieses diferenciados no tocante a uma ética do pensamento, desembocamos também numa fragmentação interna exemplificada pelas “*especializações não comunicantes*” (E. Morin). Ao nos investirmos das identidades unitárias como politicólogos, sociólogos e antropólogos, temos cindido domínios interconectados da realidade, dos fenômenos e do mundo. Temos operado com tamanha façanha e requinte a fratura entre sociedade, cultura e política, que acabamos por nos autoconvencer de que os fenômenos sobre os quais falamos são tal qual os descrevemos. O mais grave é que a prática da disciplinaridade fechada acabou por produzir tantas representações e interpretações do mundo quantas são as nossas cabeças. Caricaturando um pouco, poder-se-ia afirmar que a relação entre as narrativas de compreensão do mundo e a população dos cientistas sociais é de uma interpretação *per capita*. Convenhamos que, mesmo sem nos limitar à asfixia epistemológica que defende um paradigma comum como a condição *sine qua non* para o avanço do conhecimento, a proliferação e pulverização de dezenas e dezenas de interpretações singulares e únicas só podem ser entendidas como um jogo da convivência e convivência na discordância, o que pode denotar duas atitudes. De um lado, uma prática intelectual ancorada pela expressão: “eu penso de tal tema ou fenômeno exatamente o oposto que você, mas não

lhe interpele nem questiono, como condição de me manter intocável e igualmente não questionado”. De outro, a assertiva: “temos pontos de vista diferentes e fiquemos, portanto, cada um com a sua verdade”. Numa síntese ousada, Edgar Morin descreve essa situação com o seguinte relato:

– Dois colegas de universidade se encontram nos corredores do departamento, dia seguinte ao lançamento do livro de um deles. Num gesto de intimidade, ‘com tapinhas nas costas’, um deles diz: ‘gostei muito do seu livro, velho’. Imediatamente em seguida, e um pouco mais à frente, o mesmo professor fala para um outro colega: ‘o livro dele!? Uma merda!

A situação aludida por Morin não é certamente uma singularidade européia ou brasileira e nem se restringe ao *métier* do cientista social. Sabemos bem das querelas, desclassificações apriorísticas, desconfianças gratuitas e recusas levianas que cercam a diversidade das interpretações do mundo, em qualquer país e nos vários domínios do conhecimento científico. Entretanto, cabe a nós fazermos a nossa parte. Perguntamos como fazemos a ciência que fazemos; como é possível exercitarmos a prática do diálogo do “d” maiúsculo como sugere David Bohm, ao invés de nos acomodarmos ao monólogo coletivo que cristaliza o autocentrismo intelectual e, no limite, a conivência com ideários que são um desserviço do pensamento diante da sociedade humana.

A diversidade dos pressupostos dos quais partimos, nas chamadas ciências humanas, necessita de mediadores epistêmicos capazes de descompactar a ortodoxia e facilitar uma política do pensamento que subsuma as excentricidades temáticas num projeto efetivo de compromisso ético com uma sociedade libertária. A pergunta que formularemos é muito simples e ao mesmo tempo muito complexa. Trata-se de uma única pergunta que pode desmembrar-se em várias. A que tem servido o conhecimento que temos produzido? O tema do qual me ocupo é relevante, de alguma forma, para postular uma sociedade onde as pessoas sejam mais felizes? Quais são as três ou quatro idéias das quais eu não abro mão, porque elas representam o meu compromisso com um mundo mais justo, menos perverso, mais democrático?

⁵ WILSON, Edward. *Consiliência: a unidade do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 174.

Do lugar de onde olho, e a partir da análise da produção científica das ciências sociais no âmbito de quatro grandes universidades brasileiras, me inclino a dizer que essas perguntas foram formuladas de maneira dispersa no tempo e no espaço, mas não certamente com a contundência e a afinação coletiva que elas requerem. Sabemos todos, no Brasil, sobretudo no espaço das lutas acadêmico-políticas configurado pela UNE, (União Nacional dos Estudantes) o preço que se pagou por uma posição mais clara em favor da politização do pensamento e da ciência. Mas sabemos também que as benesses do conforto intelectual, o alto preço do ostracismo e a execração cognitiva vão aparecer na nossa história, de forma brutal, com a polícia do pensamento levada à sua expressão mais extrema pelo ideário político do golpe militar de 1964.

1.2 – O golpe militar, divisor das águas

Não é nosso objetivo, aqui, fazer uma análise do golpe de 64, reflexão sem dúvida abundante nas ciências sociais e que exhibe, de modo geral, uma metanarrativa comprometida e politizada do conhecimento. Limito-me mais propriamente a observar os reflexos e os ecos da ditadura militar, tanto em relação às nossas matrizes interpretativas, quanto à fragmentação conceitual de cunho relativista que produz, até hoje, um esquadramento entre subáreas e temáticas mais politizadas do que outras. Não que o regime militar tenha produzido espíritos revolucionários ou reacionários. Não. Longe da causalidade linear, segundo a qual ‘isto provoca aquilo’, esse momento da nossa história permitiu apenas a elucidação, o vir à tona, o deixar emergir as distintas posturas teóricas que fundamentavam nossas opções intelectuais. Observemos, mesmo que parcialmente, o panorama da estrutura acadêmica do nosso país naquela época.

Ao lado das universidades brasileiras de maior porte e já estruturadas, as faculdades isoladas públicas ou privadas estavam, na década de 60, em plena expansão. As Faculdades de Sociologia, ou Sociologia e Política, ou ainda Sociologia e Jornalismo (conforme as várias denominações no território nacional), bem como os Institutos de Pes-

quisa Social, proliferavam no Brasil. Pode-se dizer, sem exagero, que esses espaços viviam um verdadeiro clima de efervescência cultural. O que aconteceu com certos espaços acadêmicos considerados perniciosos à “segurança nacional”, ou “focos de subversão”, todos sabemos. Faculdades foram fechadas, parte considerável dos estudantes e professores tiveram seus direitos cassados; uns foram convidados a sair do País, outros foram levados a desaparecer temporária ou definitivamente do nosso convívio. Em Natal, a Faculdade de Sociologia e Política não fugiu a essa regra perversa. Em síntese, um divisor de águas represou os fluxos teóricos, considerados turbulentos, e imprimiu, pela força da lei, uma calma desmobilizadora.

Penso que as marcas dessa história se expressam até hoje pela imposição da obediência à polícia do pensamento, mesmo que de forma silenciosa ou subliminar. Seja simulada pelo aparato normativo das agências oficiais de fomento à pesquisa, ou ainda disfarçada pelos micropoderes babacas da vigilância de plantão nos microespaços das universidades, dá bem para sentir os respingos de um tempo vergonhoso para todos nós. Como educadores, não podemos deixar de sublinhar o diagnóstico de uma perda irreparável para as ciências sociais no Brasil. Não podemos, por outro lado, deixar de identificar a premissa maior que caracteriza o cientista social, como um cidadão ao mesmo tempo de sua aldeia e do planeta: a condição de indignar-se. No passado, como hoje e no futuro, a condição de indignação deve ser o ponto comum que liga todos nós, independente de sermos politicólogos, antropólogos ou sociólogos. Garantido este protocolo do espírito, saberemos afinar e avizinhar nossas ferramentas conceituais, nossos temas de pesquisa, nossos investimentos cognitivos.

Por que lembrar 64 é importante? Que conexão há entre a época de repressão explícita que vivemos durante o regime militar e as opções teóricas nas ciências sociais?

Uma breve digressão sobre a consolidação institucional das ciências sociais entre as décadas de 60 e 70 ajuda a explicitar essa conexão. Enquanto a antropologia se firmaria na tradição dos estudos indígenas e das microexpressões culturais, étnicas

e folclóricas, a sociologia condicionava temas e estudos mais estatísticos e conjunturais inscritos nas rubricas de mudança social, migração campo-cidade, condições sociopolíticas urbanas e reflexões epistemológicas.

Somente no final dos anos 60 e começo da década de 70, é que a antropologia passa a se interessar pelos estudos das populações “camponesas” – ainda entendidas como um mundo intermediário entre as “sociedades tribais” e as industriais. Esse modo funcionalista começou a receber crítica dos setores acadêmicos identificados com o marxismo antropológico. Estávamos no pós-golpe. O acesso aos textos de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas, até então pouco conhecidos dos antropólogos, e, principalmente, os trabalhos pioneiros de Claude Meillassoux, Maurice Godelier e Pierre-Phillipe Rey conseguiram, em algumas instituições, ampliar as temáticas de pesquisa sobre o “campesinato”, direcionadas por perspectivas novas, históricas e totalizadoras.

A ciência política também se formaliza como uma disciplina no âmbito desse espólio do saber. Preocupada na delimitação do que é propriamente o domínio do político, a disciplina oscilará entre uma tomada ampliada desse domínio (indo dos clássicos aos nossos dias) e a análise contextualizada dos microfenômenos do poder. Mesmo que em graus diferenciados, e em função das nuances teóricas, pode-se dizer que há uma interface entre os estudos da sociologia e da política. O mesmo não acontece com a antropologia que insiste teimosamente em advogar um “olhar antropológico” distinto de suas irmãs gêmeas.

Por outro lado, a influência das leituras consideradas “de fora” da área disciplinar foi marcante para a proliferação dos estudos econômicos e rurais, mas circulou e foi avaliada diferentemente pela comunidade antropológica brasileira, e esse é o ponto que gostaria de chamar a atenção. Mesmo que de forma subliminar, foi em decorrência da aceitação ou rejeição dessas leituras “não antropológicas”, sobretudo dos textos dos “marxistas franceses” e os do próprio Marx, que se problematizou, diferentemente, os mesmos objetos na antropologia brasileira. Esse fato vai sugerir avaliações por

vezes simplistas, por parte de alguns antropólogos, a respeito do “marxismo antropológico”.

Em “Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil”, Eunice Durham afirma que o marxismo

tem se revelado inadequado para analisar mesmo situações conjunturais, quanto mais peculiaridades sociais e culturais de segmentos específicos da população que constituem o grande campo de investigação dos antropólogos”, assinalando que “a teoria marxista é incapaz de explicar a complexidade, a ambigüidade e a riqueza dos fenômenos simbólicos que a análise antropológica revela”.

Avaliações equivocadas como essa vão encontrar respaldo em certos espaços acadêmicos brasileiros e fortalecer as resistências diante de matrizes mais críticas e universalistas, influenciando assim, fortemente, na fixação de um perfil cada vez mais atrofiado da antropologia. Esta, de modo geral, tem optado explicitamente pelos estudos particulares, reafirmadores do relativismo que transforma cada cultura numa totalidade irreduzível e singular. No Brasil, a antropologia tem sido entendida, quase que consensualmente, como a ciência das especificidades, em oposição a outras áreas do conhecimento que investem na busca de uma totalização de caráter mais universal. Isso vai selar as oposições entre tradição e ciência, e entre campo e cidade, o que vai redundar na ideologia do “respeito à diferença” tão cara ao relativismo.

Facilmente entendidos pela linguagem acessível e encantadora, através da qual postulam a diferença entre as sociedades humanas, os antropólogos relativistas têm tido um razoável poder de fascínio e sedução, sobretudo junto aos meios de comunicação de massa. Confortavelmente distanciados dos compromissos éticos da ciência com *as dores do mundo*, fala-se da bunda de Carla Peres, do jogo do bicho e do “jeitinho brasileiro”, como se tais resíduos fossem os ícones da nossa cultura. Esse ideário, que não condiz com a leitura crítica do mundo, tão cara às ciências sociais, aparece fartamente na mídia sensacionalista e por vezes é tido como um discurso da

⁶ Eunice Durham. Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 25, p. 166, 1982.

ciência que representa todos nós. Mas como entre nós nada é monolítico (e nisso talvez resida um dos poucos fatores positivos da nossa diversidade), “outras configurações do saber” (M. Foucault) se constituíram, ao longo de nossa história, em espaços de resistência ao reacionarismo intelectual.

É claro que as teorias iluminadas pelo multiculturalismo e pelo relativismo cultural excedem o espaço brasileiro e, em certo sentido, um tempo histórico. Não podemos afirmar que o regime militar produziu tal ideário. Mas certamente esse período serviu para que fossem explicitadas, com mais clareza, nossas ideologias de base. Para bem e para mal, passamos a partir daí a exibir não só nossas faces, mas também nossos compromissos e “descomposturas intelectuais”.

1.3 – A pós-graduação em Ciências Sociais

A pós-graduação, que viveu durante as décadas de 70 e 80 um período de efervescência e consolidação, desenhará por sobre esse panorama um esboço importante das teorias sociais. A diversidade temática que nos tem caracterizado favorecerá, por vezes, e em alguns espaços acadêmicos, uma democracia cognitiva tecida por um metadiscorso que religa os temas e as investigações. Mas também, por vezes, servirá para escamotear as questões cruciais da sociedade brasileira.

Pode parecer que essa avaliação pinta um quadro excessivamente nefasto das nossas humanas ciências. Não é essa a nossa intenção. Mas não é possível, nem responsável, nem desejável, tapar o sol com a peneira. Somos nós, de dentro das ciências sociais, que devemos prover e promover uma autocrítica que se abra a uma sociocrítica no âmbito das demais ciências, e em interface com elas. Essa reflexão deve, no final das contas, abrir-se à sociedade como um todo. É nosso dever “perguntar” à sociedade maior a que tem servido o nosso saber, e começar a problematizar o conhecimento que produzimos. Seria, no mínimo, intransigência nos armarmos pela autodefesa e endurecer os nossos pontos de resistência, uma vez que é inadiável uma reflexão essencial sobre a nossa ética/estética de pensar. Talvez seja mais

adequado exercitarmos uma aeróbica dos neurônios, que reative a simplicidade, a humildade e a crítica, enzimas essenciais a uma razão aberta e a um conhecimento complexo. Além do mais, grande parte dos sociólogos, politicólogos e antropólogos não se reconhecem nas partes borradas de um retrato que pintamos coletivamente ao longo desses anos. E é com justeza que não se reconhecem, porque se constituíram em reservas de politização do pensamento; porque souberam, e ainda sabem, manter a difícil arte de pensar grande; porque não sucumbiram aos sociologismos, psicologismos, antropologismos, biologismos, e assim por diante; porque alimentaram focos de resistência e criatividade capazes de tornar o exercício de pensar uma arte da transformação individual e social.

É certamente a partir do fermento desses focos de resistência do pensamento politizado e crítico que se pode hoje visualizar o início de uma sintonia entre as ciências do homem, as ciências da vida e as ciências do mundo físico. Um certo protocolo de intenções, que aposta na religação dos saberes e numa outra ética do conhecimento científico, pode ser exemplificado por documentos emblemáticos como a “Declaração de Veneza” (Veneza, 1986), a “Carta da Transdisciplinaridade” (Arrábida, Portugal, 1994) e a “Declaração Brasileira para o Pensamento Complexo” (São Paulo e Natal, 1998), para citar alguns começos. O que dizem essas cartas? Elas discutem a falência das explicações unilaterais e propõem uma nova articulação do conhecimento num apelo claro e aberto, mas também incerto e difuso: a “civilização das idéias”. Um tal apelo fundamenta-se no desejo de superação da disciplinaridade fechada, da especialização impotente, mas, acima de tudo, propugna pela urgente necessidade de refletir a respeito da arrogante supremacia da cultura científica sobre os saberes da tradição secular da humanidade.

Certamente, para que possamos participar da construção de uma *ciência nova* e eticamente comprometida com os destinos do nosso planeta, necessitamos agendar entre nós alguns pontos de partida que surgiram aqui de forma preliminar e incerta. São eles: reduzir as xenofobias (biofobia,

literofobia, etc.); abrir as ciências sociais (dialogar com outros conhecimentos); cultivar a condição de indignar-se, quer dizer, não trivializar “a crueldade do mundo”. Alimentados por este protocolo de intenções, talvez possamos reaver, com vitalidade, a missão maior da ciência diante do mundo. A proposição de Karl Marx de que não basta interpretar o mundo, é necessário transformá-lo, se reveste hoje de uma atualidade exemplar. Sobretudo se temos consciência dos graves desmandos do processo civilizatório diante do destino da nossa “terra pátria”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. *O saber antropológico: complexidade, objetivações, desordens, incertezas*. 275 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – PUC. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 1993.
- 2 - DURHAM, Eunice. Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 25, p.166, 1982.
- 3 - ESTON, Verônica Rapp de. Física e psicologia no século XX: uma nova visão. *Revista Thot – Associação Palas Athena*, São Paulo, n. 66, p.29-40, 1997.
- 4 - LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista concedida a Didier Eribon. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 set. p. E-12, 1998.
- 5 - MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- 6 - MORIN, Edgar. *O Método: 3; o conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Europa América, 1987.
- 7 - MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- 8 - WILSON, Edward. *Consiliência: a unidade do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 174.